

Demonstrações Financeiras

Associação Obra do Berço

31 de dezembro de 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Associação Obra do Berço

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do superávit/déficit	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Administradores da
Associação Obra do Berço
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Obra do Berço (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obra do Berço em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não



mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cezar Augusto Ansoain de Freitas', written over a faint circular stamp.

Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-1SP246234/O-0

Associação Obra do Berço

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.701	1.284
Títulos e valores mobiliários	4	714	753
Contas a receber	5	90	68
Adiantamentos a fornecedores		6	8
Adiantamentos a funcionários		373	317
Total do ativo circulante		2.886	2.430
Não circulante			
Investimento		1	1
Imobilizado	6	996	981
Total do ativo não circulante		996	982
Total do ativo		3.882	3.412
Passivo e patrimônio líquido circulante			
Fornecedores	7	66	38
Obrigações sociais a recolher	8	44	28
Obrigações trabalhistas a pagar	9	498	442
Total do passivo circulante		608	508
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		3.274	2.904
Total do patrimônio líquido		3.274	2.904
Total do passivo e patrimônio líquido		3.882	3.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Obra do Berço

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita bruta			
Receita de doações, projetos e eventos	10	6.245	8.552
Outras receitas operacionais		588	559
Receitas com gratuidades	11	1.083	1.419
Total de receita		7.916	10.530
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.810)	(3.177)
Despesas com depreciação		(168)	(155)
Despesas com folha de pagamento		(4.520)	(5.496)
Despesas com gratuidades	11	(1.083)	(1.419)
Total de despesas	12	(7.582)	(10.247)
Resultado do exercício antes do resultado financeiro		334	283
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		47	93
Despesas financeiras		(11)	(26)
Superávit do exercício		370	350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Obra do Berço

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.554	-	2.554
Superávit do exercício	-	350	350
Aumento do patrimônio social pela incorporação do superávit do exercício	350	(350)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.904	-	2.904
Superávit do exercício	-	370	370
Aumento do patrimônio social pela incorporação do superávit do exercício	370	(370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.274	-	3.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Obra do Berço

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	370	350
Ajustes de reconciliação do resultado do exercício com caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		
Depreciações	168	155
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(22)	(36)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(55)	(17)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	28	(61)
Obrigações sociais a recolher	16	(76)
Obrigações trabalhistas a pagar	56	40
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	561	355
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Títulos e valores mobiliários	39	(194)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(183)	(119)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(144)	(313)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	417	42
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.284	1.242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.701	1.284
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	417	42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Informações gerais

A Associação “Obra do Berço” (“Associação” ou “Entidade”) é uma Associação beneficente, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Capital, à Rua do Chico Nunes, nº 173 - Jardim Rebouças - CEP: 05734-110.

Sua constituição é por tempo indeterminado visando a promoção da educação, da assistência social, dos direitos humanos, incluindo o amparo a todos que se encontrem em situação de exploração, vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Tem como missão promover ações socioeducativas à criança, ao adolescente, ao jovem e famílias, visando a formação de um ser humano participativo e ciente de seu papel como cidadão.

É uma entidade beneficente de Assistência Social e de utilidade pública estadual e municipal, fundada em 1938 pela religiosa Mère Amedée, do Colégio Nossa Senhora de Sion, na cidade de São Paulo, com o propósito de confeccionar e distribuir enxovais a recém-nascidos carentes.

A Portaria nº 368, de 5 de agosto de 2019, informou o deferimento ao requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS N° 23000.018234/2015- 01, referente ao período de 15/12/2015 a 14/12/2018.

Em 27/11 /2018, a Associação deu entrada com pedido de renovação do CEBAS, conforme Aviso de Recebimento - Ministério da Educação - CGGA/PROTOCOLO CENTRAL, datado de 05/12/2018. O processo permanece em análise.

A Associação é regulada pelo Código Civil Brasileiro e, por não ter característica de pessoa jurídica nem de empresa, não está sujeita ao pagamento de tributos sobre o faturamento, sendo sujeita apenas ao pagamento do Programa de Integração Social - PIS, com base na folha de pagamento, das contribuições previdenciárias e dos impostos retidos na fonte.

Impactos do COVID-19 nas operações da Associação:

O ano de 2020 caracterizou-se pelo início do enfrentamento a COVID-19, uma doença causada pelo vírus SARS-COV-2, surgido em 2019 na China.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus passou a constituir Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, reforçada no Brasil pela Lei Federal de nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas de monitoramento e enfrentamento do vírus no País.

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como pandemia e posteriormente de máxima gravidade à humanidade, em decorrência dos riscos à saúde e óbitos em escala que passou a causar.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Diante dessa realidade, o Decreto Municipal Nº 59.283 de 16 de março de 2020 publicado pela PMSP, com base no Decreto Estadual nº 64.862 de 13 de março de 2020, publicado pelo Governo do Estado de São Paulo, determinou a adoção de várias medidas, dentre as quais os protocolos de distanciamento social, a suspensão de atividades escolares e socioeducativas presenciais, dispostas nas diversas legislações posteriores, cujos desdobramentos e atualizações seguem até os dias atuais.

A Lei federal Nº 13.982, de 2 de abril de 2020 estabeleceu medidas excepcionais de proteção social diante da situação de emergência, estabelecendo o auxílio emergencial à população em vulnerabilidade social.

Já a Edição da Medida Provisória 936, de 1 de abril de 2020, contribuiu para a manutenção das condições de trabalho dos colaboradores da Associação, a partir das adequações administrativas e de gestão realizadas a partir das publicações de Decretos Municipais e procedimentos adotados pelas Secretarias Municipais de Educação e de Assistência e Desenvolvimento Social, com as quais a Associação mantém Termos de Colaboração em vigor, para desenvolvimento das políticas públicas de Educação e Assistência Social no Município.

No período de 01 de junho à 28 de dezembro de 2020, com a publicação do Decreto nº 59.456/2020, pela Secretaria Municipal de Educação, todos os colaboradores vinculados aos Termos de Colaboração com a Secretaria, tiveram suas jornadas de trabalho reduzidas em 70% e salários cobertos respectivamente:

- pelo Governo Federal, considerando percentual de redução do salário aplicado sobre o valor do seguro desemprego a que o colaborador teria direito respeitado o teto de R\$ 1.813,03, a título de Benefício Emergencial ao Trabalhador;
- 30% pela Secretaria Municipal de Educação;
- diferença entre o salário bruto integral dos colaboradores e limites previstos nos percentuais a serem pagos pelo Governo Federal e Secretaria de Educação, também pagos pela Secretaria a título de ajuda compensatória.

Dessa forma as folhas de pagamentos dos colaboradores vinculados aos Termos de Colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, não tiveram reduções e as atividades foram mantidas a partir da atuação em home-office e/ou escala presencial, não ultrapassando as 02h24m por dia.

Também no período de 01 de junho à 30 de setembro de 2020, considerando a publicação do Decreto 59.456/2020, os profissionais dos Serviços Centro de Crianças e Adolescentes e Centro de Juventude, tiveram reduções nas jornadas de trabalho em 25% e 50%, conforme abaixo:

- para profissionais com remuneração mensal de até R\$ 3.145,00 (três mil, cento e quarenta e cinco reais), a jornada e salário foram reduzidos em 50%;
- para profissionais com remuneração mensal acima desse valor, a jornada e salário foram reduzidos em 25%.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Buscando assegurar a uniformidade nos procedimentos quanto à gestão de pessoas, os salários de todos os colaboradores vinculados aos Termos de Colaboração em vigor com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social foram pagos em sua integralidade, cobertos respectivamente:

- pelo Governo Federal, considerando percentual de redução das jornadas de trabalho;
- percentual correspondente ao salário base constante na PRD – Previsão de Receitas e Despesas dos Termos de Colaboração em vigor e % de redução das jornadas de trabalho pagos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- diferença entre o salário bruto integral dos colaboradores e limites previstos nos percentuais a serem pagos pelo Governo Federal e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pagos pela Associação.

As atividades foram mantidas a partir da atuação em home-office e/ou escala presencial, não ultrapassando os limites de redução das jornadas acima mencionados.

Para a gestão das adesões à Medida Provisória, foram elaborados Acordos Individuais de Redução Proporcional de Jornada de Trabalho e Salário, assim como as comunicações com o Ministério da Economia e o Sindicato dos Empregados - SEIBREF.

Para os colaboradores atuantes nos centros de custos da administração e desenvolvimento Institucional, não houve reduções nas jornadas de trabalho, sendo as atividades desenvolvidas a partir da elaboração de escalas de trabalho presencial e home-office.

Foram necessárias a elaboração de estratégias alternativas de Trabalho Socioeducativo à distância, para alcance dos usuários e suas famílias, bem como a realização de trabalho social para o fortalecimento as famílias, diante das condições sócioeconômicas em declínio a que ficaram expostas, que, acrescidas às vulnerabilidades e riscos sociais pré-existentes, criaram um cenário não promissor às suas condições de vida.

Contando com o apoio de parceiros privados e públicos, bem como a sensibilidade e prontidão de associados e membros da sociedade, foi possível vislumbrar as saídas, em especial para a sustentabilidade dos mais vulneráveis e da própria instituição.

Adicionalmente, a administração analisou eventuais impactos frente às suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem afetar a mensuração das provisões apresentadas nas demonstrações financeiras, além da realização dos ativos financeiros e não financeiros. Analisou também a relação com fornecedores e parceiros, e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos, ou ainda, divulgados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2. Principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente das quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Associação.

2.3. Apuração do resultado (déficit/superavit)

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência dos exercícios. As receitas correspondem, principalmente, às receitas de contribuições e doações vinculadas aos Serviços e Projetos relacionados à Associação.

2.4. Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas que visam o desenvolvimento dos serviços e projetos sócio assistenciais, bem como a receita financeira resultante da aplicação desses recursos, foram utilizadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica são reconhecidas quando de seu recebimento em caixa, sendo as contribuições de termos de colaboração e subvenções reconhecidas pelo regime de competência do exercício.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2. Principais práticas contábeis-Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras ou pelo valor justo de mercado, se este for inferior.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear com base na estimativa da vida útil-econômica de cada ativo ou componentes de um ativo. O valor residual, a vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

2.8. Provisão para riscos

Constituída para causas cujos riscos de perda são avaliados como prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Associação, considerando a natureza dos temas e a experiência dos assessores jurídicos e da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais são registrados como passivo, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

2.9. Provisão para férias e encargos sociais

Constituída com base na remuneração dos empregados e nos direitos adquiridos nas datas de encerramento dos exercícios, incluindo o abono de férias e os respectivos encargos.

Nas demonstrações financeiras a apropriação dos adiantamentos consta no ativo circulante e as provisões para pagamentos constam no passivo circulante.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis da Associação, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para riscos e à determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio resultados.

a) *Custo amortizado*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Ativos financeiros devem ser mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

c) *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado.

a) *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

b) *Valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	3	2
Bancos conta movimento	1.698	1.282
	<u>1.701</u>	<u>1.284</u>

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

4. Títulos e valores mobiliários

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Títulos e valores mobiliários	714	753
	<u>714</u>	<u>753</u>

Representam operações de renda fixa que têm por objetivo buscar a valorização das cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros, remunerados a taxas que variam de 91% a 98% do CDI em 2020, (78% a 90,25% em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Administração mantém estas aplicações com o propósito de rendimento.

5. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuições mensais (a)	53	15
Outras contas a receber (b)	37	53
	<u>90</u>	<u>68</u>

(a) Representam contribuições mensais da Prefeitura do Município de São Paulo para os serviços conveniados.

(b) Representam recebíveis de eventos e brechós realizados no final do ano.

6. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido em 2020	Valor líquido em 2019
Edifícios	4	2.176	1.646	530	617
Equipamentos, móveis e utensílios	10 a 20	919	705	355	236
Instalações	10	260	148	111	128
		<u>3.355</u>	<u>2.499</u>	<u>996</u>	<u>981</u>

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

6. Imobilizado--Continuação

A movimentação do ativo imobilizado é conforme segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.017</u>
Adições	119
Depreciações	(155)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>981</u>
Adições	183
Depreciações	(168)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>996</u>

7. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ações socio-educativas	4	-
Consumo e manutenção	34	28
Serviços prestados	6	2
Assistência médica	15	4
Outros	7	4
	<u>66</u>	<u>38</u>

8. Obrigações sociais a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Programa de Integração Social - PIS	7	4
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	9	4
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	28	20
	<u>44</u>	<u>28</u>

9. Obrigações trabalhistas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão de férias	498	442
	<u>498</u>	<u>442</u>

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

10. Receita de doações, projetos e eventos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Donativos e contribuições	290	182
Convênios públicos (Nota 13)	4.735	6.182
Subvenções públicas (Nota 13)	26	305
Receitas de projetos	149	269
Receitas com eventos	1.045	1.614
	<u>6.245</u>	<u>8.552</u>

11. Receitas e despesas com gratuidades

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS patronal	1.023	1.329
Horas de atuação com voluntariado	25	47
Honorários de auditoria	35	43
	<u>1.083</u>	<u>1.419</u>

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que haveriam de ser pagos caso a Associação contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais, também no resultado do exercício.

12. Informações sobre a natureza de despesas na demonstração do resultado

A Associação apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesa com pessoal	(4.520)	(5.496)
Materiais de consumo e manutenção	(998)	(1.897)
Taxas e contribuições	(388)	(613)
Serviços prestados	(240)	(211)
Depreciações	(168)	(155)
Eventos beneficentes, ações socioeducativas e outros	(184)	(456)
Despesas com gratuidades (Nota 11)	(1.083)	(1.419)
	<u>(7.582)</u>	<u>(10.247)</u>

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Subvenções municipais

Representam Termos de Colaboração, Instrumentos e Termos de Fomento celebrados com a Prefeitura do Município de São Paulo, para o desenvolvimento de atividades sociais, conforme a seguir:

- Serviço Centros de Educação Infantil - unidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação;
- Serviço Centro de Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte - conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- Serviço Centro de Juventude - Educação Empreendedora para Jovens - conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

13. Imunidade tributária

A Associação, que não possui fins lucrativos, é isenta do pagamento de impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com o artigo 150 da Constituição Federal, e também das contribuições sobre o total das remunerações pagas aos empregados, de acordo com o artigo 55 da Lei nº 8.212/91, com a alteração dada pela Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1996.

Em 27/11/2018, a Associação deu entrada com pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme Aviso de Recebimento - emitido pelo Ministério da Educação - CGGA/PROTOCOLO CENTRAL, datado de 05/12/2018. Em consulta ao Processo de número 23.0000395002018, identifica-se que o mesmo permanece em análise.

Em 2020 e 2019, os recursos recebidos pela Associação foram aplicados para o desenvolvimento dos Serviços e Projetos de caráter social, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, e no custeio de suas atividades.

14. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros existentes incluem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Associação, representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores. Os correspondentes saldos estão apresentados no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de juros, por índices inflacionários, entre outros, conforme aplicável.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valores contábeis e de mercado de instrumentos financeiros

A Administração da Associação considera que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método do custo amortizado, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

c) Risco de taxa de juros

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo - CDI	<u>714</u>	<u>753</u>

A Associação possui os seguintes instrumentos financeiros classificados em:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 2) - Nota 3	1.701	1.284
Títulos e valores mobiliários (Nível 2) - Nota 4	714	753
Custo amortizado		
Contas a receber (Nível 2) - Nota 5	90	68
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores (Nível 2) - Nota 7	66	38

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Associação depende de doações e subvenções para continuar operando e exercendo suas atividades sociais. A Associação entende que continuará recebendo as doações e subvenções necessárias.

Associação Obra do Berço

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos relevantes expostos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários		
		1	2	3
Exposição a índices variáveis Aplicações financeiras: CDI	Queda do índice	32	24	16

O cenário 1 reflete as expectativas para 360 dias, a partir da data do balanço, disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros de tais operações, sendo 4,47% a.a. para o Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cenário I representa as melhores estimativas da Administração, considerando as informações disponíveis no momento de encerramento das demonstrações financeiras. O cenário II considera uma queda dos índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário III, de 50%.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

15. Benefícios a empregados

São concedidos a título de benefícios a empregados auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 2020 é de R\$363 (R\$405 em 2019), considerado no resultado, na rubrica "Despesa com pessoal".

16. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Em 27 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal aprovou as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Em 11 de junho de 2021, a Diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.